



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS


CIDADE DOS PROFETAS

Ofício nº PMC/SEPLAG/DCONV/250/2024
Congonhas, 25 de junho 2024.

À Câmara Municipal de Congonhas,

Encaminhamos em anexo cópia do Termo de Fomento nº 29/2024, que entre si celebram o Município de Congonhas e o Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Congonhas - APAE para ciência e controle.

Atenciosamente,

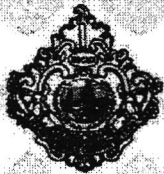

Paola Rossi de Oliveira
Diretora de Convênio e Prestação de Contas


Antônio Mendes da Silva
Secretário Mun. de Planejamento e Gestão

Câmara Municipal de Congonhas



PROTOCOLO GERAL 2059/2024
Data: 26/06/2024 - Horário: 13:32
Legislativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

TERMO DE FOMENTO Nº. 29/2024.

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CONGONHAS**, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado por seu Prefeito, Cláudio Antônio de Souza, inscrito no RG Nº M-1.652.882 e no CPF nº 314.756.986-15, e pelo Secretário Municipal de Saúde, ALLAN DIEGO FALCI, portador da Carteira de Identidade nº. MG 10634862 e do CPF 078.783.536-62 e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**, inscrito no CNPJ nº.21.089.438/0001-68, com sede na Avenida Minas Gerais, nº 255, Dom Oscar, Congonhas/MG, neste ato representada por sua Presidente, Sônia Maria dos Santos, portador do RG MG 4.606.070 e do CPF nº.456.709.946-04, doravante denominada OSC (Organização da Sociedade Civil), resolvem celebrar este **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento na Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº. 13.204 de 14 de dezembro de 2015, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas.

EMENDA IMPOSITIVA

Processo Administrativo nº. 17788/2023

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

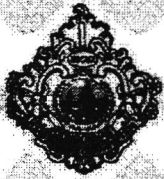
O presente Termo tem por objeto a reforma da área da Entidade que fica acima do refeitório, de forma a se adaptar e erguer uma sala especial voltada exclusivamente ao tratamento do autismo. Além de contemplar a aquisição de equipamentos e materiais que visam o complemento dos tratamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO GESTOR

O **MUNICÍPIO** nomeia como gestor do presente Termo de Fomento, Ana Paula da Cruz Pinto, conforme Portaria Municipal nº. PMC/370, de 11 de junho de 2024.

2.2 São obrigações do Gestor:

- I – verificar se a OSC cumpriu a obrigação de divulgar os dados da parceria celebrada com a Administração Pública Municipal;
- II - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

III – formalizar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências a serem adotadas para saná-las;

IV - emitir o relatório técnico de monitoramento e avaliação;

V - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação;

VI - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação, quando couber.

2.3 Caberá ao gestor, nos termos do Artigo 32 do Decreto Municipal 6731, de 16/10/2018, a emissão, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do encerramento de cada bimestre, de Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria celebrada, que será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará.

2.3.1 O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição das atividades, metas e indicadores estabelecidos;

II – informação de irregularidades apuradas, providências a serem tomadas, prazo para solução e data de retorno para verificação do pleno atendimento.

III- declaração de cumprimento da obrigação contida no Art. 11 da Lei 13.019/2014.

2.4 Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidades, tais como desvio de finalidade na aplicação dos recursos da parceria, atrasos na execução das ações e metas, descumprimento ou inadimplência da OSC em relação a obrigações pactuadas, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos:

I – sanar a irregularidade;

II– cumprir a obrigação;

III – apresentar justificativa para a impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

2.4.1 O relatório técnico de monitoramento e Avaliação será homologado pela comissão de monitoramento e avaliação no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar do seu recebimento.

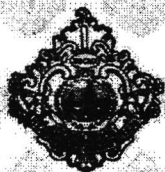
2.4.2 Depois de homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, o relatório técnico de monitoramento e avaliação deverá ser encaminhado à Diretoria de Convênios para ser anexado aos autos do respectivo processo administrativo.

2.5 Caberá também ao gestor a elaboração de parecer técnico sobre a prestação de contas, levando em consideração o conteúdo do(s) relatório(s) técnico(s) de monitoramento e Avaliação, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

2.5.1 O parecer técnico sobre as prestações de contas, a ser elaborado pelo gestor, levará em consideração a execução física e os relatórios de cumprimento do objeto apresentados pela OSC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

3.1 - O MUNICÍPIO nomeia para membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação os servidores: Camila Maria Pereira Rates, Davi Rezende Santos e Isadora Cardoso Giglio, conforme Portaria Municipal nº. PMC/327, de 28 de maio de 2024 e Portaria Municipal nº. PMC/370, de 11 de junho de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

3.2 - Este termo de parceria será monitorado e avaliado mediante os seguintes procedimentos:

- a) análise do objetivo e sua finalidade;
- b) acompanhamento mensal da prestação dos serviços;
- c) análise de relatórios dos trabalhos desenvolvidos;

3.3 - Nos termos do Artigo 30, §3º do Decreto Municipal 6731, de 16/10/2018, a comissão de monitoramento e avaliação se reunirá mensalmente, com o intuito de proceder à avaliação da execução da parceria e a análise e homologação do relatório elaborado pelo gestor.

3.4 - A comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro do colegiado para subsidiar seus trabalhos.

3.5 - A comissão de monitoramento e avaliação realizará visitas técnicas que deverão ser circunstanciadas em relatório de visita técnica que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimento e eventuais providências, cuja execução poderá ensejar a revisão do documento.

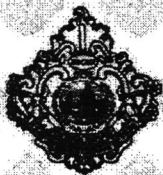
3.6 - Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, a Administração Pública, por meio do gestor da parceria e da comissão de monitoramento e avaliação, realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

3.7 - Serão utilizados indicadores para aferição do cumprimento das metas e os meios de verificação, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo.

CLÁUSULA QUARTA- DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I - SÃO OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

- a) Fornecer os recursos para a execução do objeto;
- b) transferir os recursos financeiros, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, para a conta bancária específica da OSC em instituição financeira pública (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal);
- c) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, através do Gestor e da Secretaria Responsável;
- d) emitir Relatório(s) Técnico(s) de Monitoramento e Avaliação da parceria durante a vigência do objeto;
- e) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
- f) elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas da OSC, a fim de atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos (art. 59 da Lei 13.019/2014);
- g) aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos, constatada inadimplência em prestar contas ou execução em desacordo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

h) publicar o extrato deste instrumento no sítio eletrônico do município, conforme artº. 38 da Lei 13.019/2014;

i) notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal.

j) demonstrar de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto; conforme artº. 35, III da Lei 13.019/2014;

k) aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos da Lei 13.019/2014; artº. 35, IV

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA OSC:

a) responsabilizar-se pela execução do objeto;

b) aplicar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;

c) responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;

d) prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

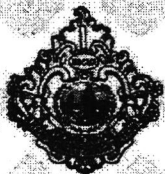
e) permitir livre acesso do gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação do MUNICÍPIO, aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, nas instalações da OSC;

f) responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da OSC pelos respectivos pagamentos, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

g) prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;

h) observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

i) não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME JURÍDICO DE PESSOAL

Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de qualquer espécie, entre o MUNICÍPIO e a equipe que a OSC contratar para a execução do projeto ou atividade constante deste instrumento, se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE

Para a execução das atividades previstas neste termo de parceria, no presente exercício, o MUNICÍPIO transferirá à OSC, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO DAS PARCELAS

Como o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho deste Termo de Fomento prevê repasse único de recursos, a OSC deverá, para recebimento desta única parcela, estar em dia com sua regularidade fiscal (as certidões abaixo especificadas):

I - Certidões negativas ou positivas com efeito negativo, devidamente atualizadas:

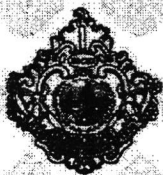
- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos Estadual ou declaração de que a OSC não possui inscrição estadual;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- e) Certidão Negativa Municipal;

§ 1º Quando as certidões, de que trata o inciso I, não estiverem disponíveis eletronicamente, a OSC será notificada para regularizar a situação e apresentar a respectiva certidão para liberação da parcela prevista no Cronograma de Desembolso.

§ 2º A análise da prestação de contas de que trata o inciso II não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes.

§ 3º O repasse das parcelas do recurso total da parceria será efetuado em estrita conformidade ao Cronograma de Desembolso constante no plano de trabalho, após apresentação da prestação de contas pela OSC e aprovação do gestor da parceria.

§ 4º As duas primeiras parcelas serão pagas automaticamente pela Secretaria Municipal de Fazenda, devendo a terceira ser transferida mediante a apresentação da prestação de contas da primeira parcela e assim sucessivamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

§ 5º A Diretoria de Convênios e Prestação de Contas, expedirá comunicação direcionada ao gestor e à secretaria responsável pela política, informando a entrega da prestação de contas. Após, a secretaria responsável deverá solicitar à Secretaria de Fazenda a liberação do recurso correspondente à parcela subsequente, por meio de documento assinado conjuntamente com o gestor, a ser anexado aos autos do processo administrativo da parceria.

§ 6º O atraso na liberação de parcelas pactuadas no plano de trabalho, por parte do MUNICÍPIO, configura inadimplemento de obrigação estabelecida no termo de fomento ou de colaboração sendo possível a realização e prorrogação de vigência pelo município por período equivalente ao atraso.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros do MUNICÍPIO a serem repassados à OSC correrão à conta da seguinte classificação orçamentária: Ficha: 847. Órgão: 15. Unidade: 01. Função: 10. Sub-função: 302. Programa: 0057. Atividade: 0.092 – Apoio a Entidades – SMS – Emenda Impositiva - 3.3.50.41 – Contribuições, Fonte: 1500.

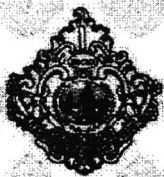
CLÁUSULA NONA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

9.1 Os recursos serão depositados em conta corrente da OSC em instituição financeira pública - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, específica para o objeto e isenta de tarifa bancária.

9.2 Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, mediante avaliação do investimento mais vantajoso, enquanto não empregados na sua finalidade.

9.3 Os rendimentos gerados pela aplicação dos recursos serão aplicados, SOMENTE, no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

9.4 Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (PIX, TED) - transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário - pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedada a utilização de cheques e saques bancários para quaisquer pagamentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A OSC compromete-se a restituir o valor repassado, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais na forma da legislação aplicável, para o MUNICÍPIO (conta corrente da prefeitura de Congonhas de nº. 6846-2 na agência 1793-0 do Banco do Brasil), nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

Parágrafo único. No valor a restituir incluem-se os rendimentos de aplicação no mercado financeiro referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não for comprovado o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha sido feita aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas final será apresentada ao MUNICÍPIO até 30 (trinta) dias após a data final da vigência deste termo, ou da conclusão do objeto, ou, igualmente, até 30 (trinta) dias após a data de sua denúncia ou rescisão.

A apresentação da prestação de contas será acompanhada dos seguintes documentos:

- I - ofício de encaminhamento endereçado aos técnicos analistas de prestações de contas, constando o nº. do termo;
- II - se a OSC entregar documentos para sanar pendências de prestação de contas já apresentada, deverá também fazer documento informando o nº. do ofício do técnico analista de prestações de contas correspondente;
- III - certidões negativas ou positivas com efeito negativo, em original ou cópia autenticada por servidor, devidamente atualizadas (deverá ser apresentada nova certidão somente se a apresentada anteriormente estiver vencida):
 - a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - b) Certificado de Regularidade do FGTS;
 - c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
 - d) Certidão Negativa Municipal;
- IV - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, que conterá:
 - a) as ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

- b) a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas, apresentando um comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- c) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto e realização das ações, como fichas de inscrição, listas de presença, fotos e vídeos, ou outros, conforme o caso, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado. O relatório de execução do objeto deverá incluir datas e local das atividades / apresentações, quantidade de público, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos);

V - Relatório de Execução financeira;

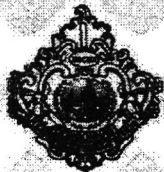
VI - Execução da Receita e Despesa;

VII - Relação de Pagamentos efetuados;

VIII - Conciliação Bancária;

IX – as cotações de preços para aquisição dos materiais e contratação dos serviços deverão ser observadas com as seguintes orientações:

- A entidade deverá adquirir os produtos e/ou contratar os serviços pelo menor preço por item ou agrupamento de elementos de despesas;
- quando o objeto do termo envolver a aquisição de bens ou a prestação de serviços em geral, deverá ser apresentado orçamento preliminar, com no mínimo três fornecedores diferentes pesquisados ou tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, ou catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras ou pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de forma que demonstre a sua compatibilidade com os valores praticados no mercado.
- Na cotação não se pode colocar marca: “É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório”.
- A entidade elaborará o pedido de orçamento contendo a especificação do produto/serviço e a quantidade e o entregará às empresas/profissionais, que o devolverão carimbado e assinado. No orçamento fornecido por pessoa física deverá constar o nº. do documento de identidade e do CPF.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

- Cotações feitas por internet serão aceitas somente no caso da impossibilidade de fornecimento pelas outras empresas, comprovada nos orçamentos. Nesse caso, é obrigatório constar o nome da empresa, não sendo aceitos orçamentos de sites de busca.
- Não será aceito orçamento no qual conste que a empresa não possui todos os itens quando adquirido por elemento de despesa. Nesse caso, terá que ser devolvido à conta do termo o valor total utilizado na aquisição dos itens não apresentados.
- Se o orçamento não for apresentado na prestação de contas correspondente, não será aceito posteriormente, porque orçamento significa pesquisa prévia de preços. Terá que ser realizada justificativa técnica e apreciação do(a) gestor(a) para aceitação ou devolvido à conta do termo o valor total utilizado na aquisição do(s) item(ns).
- Se no Plano de Trabalho houver a prestação de serviço de profissionais de nível técnico, a contratação deverá ser precedida de 3 cotações.

X - extratos da conta bancária e da aplicação financeira de todo o período de execução do termo, ou seja, desde o recebimento da parcela até a última movimentação;

XI - recibos de depósito na conta específica;

XII - recibo de depósito na conta 6846-2, agência 1793-0 do Banco do Brasil, do saldo remanescente da conta corrente e da aplicação financeira. Ao fazer o depósito, a entidade deverá informar o nº. do CNPJ da OSC;

XIII - relação do nome dos representantes da entidade: diretoria, conselho fiscal, etc.;

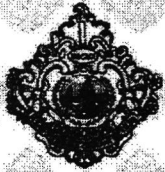
XIV - contrato ou outro termo que for celebrado com os profissionais que trabalharão no projeto constando a inexistência de vínculo entre eles e o MUNICÍPIO, bem como de que este não se responsabiliza pelos encargos patrimoniais, sociais, trabalhistas e previdenciários;

XV - declaração de que não há servidor municipal dos Poderes Executivo ou Legislativo recebendo recursos do termo, conforme vedação constante do inciso II do Art. 45 da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015;

XVI - na hipótese de aquisição de bens com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil e patrimonial;

XVII - declaração do representante legal acerca da regular quitação dos encargos e direitos trabalhistas, quando a parceria envolver gastos com pessoal;

XVIII - declaração do representante legal acerca da realização das despesas da parceria em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

XIX - outros documentos que se fizerem necessários à adequada prestação de contas, a critério do servidor ou setor responsável.

§ 1º Todos os documentos de prestação de contas referidos nesta cláusula devem ser apresentados em via original (que será devolvida à entidade) e em cópia legível. Não serão aceitas folhas avulsas.

§ 2º As prestações de contas e as respostas a pendências especificadas em ofícios deverão ser entregues diretamente aos técnicos analistas de prestações de contas.

§ 3º As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais, nos quais deverá constar o nº. do termo, devendo ser emitidos com clareza e sem rasuras, na forma da legislação e em nome da OSC.

§ 4º A análise de prestação de contas não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto. Nesse caso, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

§ 5º Autorizada a integração ao patrimônio da OSC dos bens remanescentes que tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução deste termo, a entidade deverá enviar, junto à prestação de contas, prova do registro contábil e patrimonial do bem.

§ 6º A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a OSC a participar de novas parcerias ou acordos com a Administração Municipal.

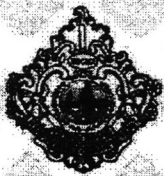
§ 7º A prestação de contas será analisada e avaliada pelo MUNICÍPIO sob dois aspectos, em especial:

I - técnico: quanto à execução física, cumprimento do Plano de Trabalho e atingimento das metas de execução do objeto, podendo o MUNICÍPIO valer-se de relatórios ou laudos de diligências, inspeções ou vistorias e também de informações obtidas de pessoas beneficiadas, bem como de autoridades públicas ou outras entidades;

II - financeiro: quanto à correta e regular aplicação dos recursos financeiros, nos termos da legislação que rege a administração pública.

§ 8º Deverão ser apresentados os Anexos: E - Relatório de Execução financeira, F - Execução da Receita e Despesa, I - Conciliação Bancária, o Relatório de Cumprimento do Objeto e o comprovante de recolhimento do saldo de recursos, se houver.

§ 9º A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o MUNICÍPIO, com base no disposto nos parágrafos acima, terá o prazo máximo de até 150 (cento e cinquenta) dias para análise.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

§ 10º O prazo para apreciar a prestação de contas final poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

§ 11º O transcurso do prazo definido anteriormente e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

- a) não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias;
- b) não significa impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

§ 12º Se o transcurso do prazo e de sua eventual prorrogação se der por culpa exclusiva da Administração Pública Municipal, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública Municipal, sem prejuízo da atualização monetária pela Unidade Fiscal do município de Congonhas.

§ 13º Estando a prestação de contas em desconformidade com as normas deste termo, será emitido ofício à entidade com prazo para saneamento das irregularidades.

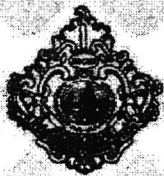
§ 14º A aprovação da prestação de contas será comunicada formalmente à entidade no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação.

§ 15º Os documentos referidos nesta cláusula serão mantidos em arquivo em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição do MUNICÍPIO ou do Tribunal de Contas, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas final. Na hipótese de a OSC utilizar serviços de contabilidade de terceiros, a documentação deverá ficar arquivada nas dependências da OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS

12.1 Após terem tomadas, sem êxito, as medidas administrativas julgadas necessárias, o MUNICÍPIO promoverá a instauração de tomada de contas e tomará todas as providências cabíveis à regularização das prestações de contas, nos casos em que estas não forem aprovadas, ou quando não forem encaminhadas dentro do prazo previsto.

12.2 Transcorrido o prazo do § 6º do artigo anterior sem terem sido tomadas as providências cabíveis à OSC, a Administração Pública Municipal, sob pena de responsabilidade solidária, adotará medidas para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

Parágrafo único. Haverá a instauração de tomada de contas especial:

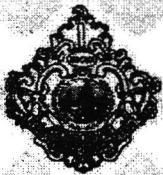
- I – por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, se os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, não forem devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias;
- II – se houver evidências de irregularidades na execução do objeto, constatadas antes do término da parceria;
- III – se a prestação de contas for rejeitada.

12.3 Tão logo seja instaurada a tomada de contas, os respectivos autos do processo serão encaminhados à Controladoria Geral para análise e para que sejam adotadas as providências decorrentes desta.

12.4. São peças que poderão integrar o processo de tomada de contas:

- I – Ficha de qualificação do representante legal da OSC, contendo nome, CPF, endereço residencial e profissional ou comercial, e número de telefone e/ou e-mail;
- II – Cópia autenticada deste Termo;
- III – Demonstrativo financeiro do débito, indicando, em especial, seu valor original e origem e a data inicial da ocorrência do inadimplemento;
- IV – Relatório do responsável pela tomada das contas, constando, de forma circunstanciada, as providências adotadas pela autoridade competente, inclusive relativamente aos expedientes de cobrança de débito remetidos ao representante legal da OSC;
- V – Relatório emitido pela Controladoria Geral, com manifestação sobre a adequada apuração dos fatos, indicando, inclusive, as normas, regulamentos ou cláusulas deste Termo que foram infringidos;
- VI – Cópias autenticadas do relatório da comissão de sindicância ou disciplinar se for o caso;
- VII – outras peças que permitam ajuizamento acerca da responsabilidade ou não por prejuízo ao erário;

12.5. Para os efeitos desta cláusula, considera-se débito o valor repassado à OSC e não aplicado ou aplicado em desacordo com o disposto neste Termo, assim como quaisquer valores e parcelas, inclusive os representativos de bens que deveriam ter sido restituídos, transferidos e/ou recolhidos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

à conta do MUNICÍPIO, por força das disposições estabelecidas neste instrumento, observando-se ainda que:

- I – O débito será atualizado monetariamente a partir da data da liberação dos recursos, inclusive, na forma da legislação vigente aplicável;
- II – Sobre o valor do débito incidirão os juros e demais encargos financeiros conveniados ou legais, se for o caso.

12.6. Frustrada ou embaraçada a tomada de contas, em especial se houver evidências de irregularidades de que resultem ou possam resultar em prejuízo ao erário, o CONCEDENTE encaminhará os autos do processo correspondente ao Tribunal de Contas e/ou ao Ministério Público, além de suspender todos os benefícios e favores fiscais porventura concedidos à OSC. Além disso, o CONCEDENTE não poderá realizar nenhuma contratação envolvendo direta ou indiretamente a OSC, podendo promover sua inscrição em sistemas de cadastros de inadimplentes e similares até a adequada regularização da sua situação.

12.7. Regularizada a situação, o CONCEDENTE poderá contratar novamente com a OSC e promoverá:

- I – A baixa nos sistemas cadastrais de inadimplentes e similares, se for o caso;
- II – A comunicação dessa circunstância ao Tribunal de Contas e/ou ao Ministério Público, visando ao arquivamento do processo correspondente;
- III – se for legalmente possível e observado o interesse público, o restabelecimento dos benefícios e favores fiscais que forem suspensos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

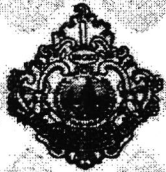
Este instrumento tem vigência de 12 meses a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada, de acordo com o interesse das partes.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO prorrogará de ofício a vigência deste termo se houver atraso na liberação dos recursos, limitada tal prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

Fica vedado à OSC:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

- b) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste termo;
- c) utilizar os recursos para pagamento de despesas não compatíveis com o objeto deste termo;
- d) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- e) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- f) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- g) deixar de aplicar os recursos;
- h) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- i) pagar despesas cujo fato gerador tenha ocorrido antes da vigência do instrumento da parceria;
- j) pagar despesas a título de taxa de administração;
- k) pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública Municipal na liberação de recursos financeiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente termo poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes ao tempo de vigência.

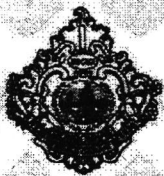
Constitui motivo para rescisão do presente termo o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo MUNICÍPIO a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

- I - advertência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

Este termo ou o Plano de Trabalho poderão ser alterados, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, a ser feita no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, que será analisada pela administração pública e, se aprovada, será objeto de termo de aditamento.

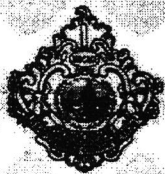
Parágrafo único. Admitir-se-á alteração do Plano de Trabalho com prévia apreciação do MUNICÍPIO, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO DIREITO DE PROPRIEDADE

Ao término da vigência deste termo ou quando da conclusão do seu objeto ou quando da sua denúncia ou rescisão, os bens remanescentes, **se for o caso**, que tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência de sua execução poderão integrar, a critério do MUNICÍPIO e observada a legislação pertinente, o patrimônio da OSC, mediante termo de cessão. Nesse caso, a OSC adquirirá o direito de propriedade de tais bens. Não havendo a integração, os bens deverão ser transferidos ao MUNICÍPIO no prazo de 90 (noventa) dias, e este dará, a seu critério, a destinação mais adequada, tendo em vista o interesse público.

§ 1º A integração ao patrimônio da OSC somente ocorrerá quando os bens forem necessários para assegurar que a entidade promova a continuidade do projeto / atividade.

§ 2º Autorizada a integração ao patrimônio da OSC, a entidade deverá enviar, junto à prestação de contas, prova do registro contábil e patrimonial do bem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente termo será publicado no sítio eletrônico do município, de acordo com o disposto no art. 38 da Lei nº. 13.019/2014.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO e a OSC obrigam-se a dar publicidade a este termo, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014 e alteração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Congonhas, Estado de Minas Gerais, para esclarecer as dúvidas de interpretações deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Congonhas, 18 de junho de 2024

Sônia Maria dos Santos

Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

**ALLAN
DIEGO**

**FALCI:07878
353662**

Assinado de forma
digital por ALLAN
DIEGO
FALCI:07878353662
Dados: 2024.06.19
17:26:09 -03'00'

Allan Diego Falci
Secretário Municipal de Saúde

**CLAUDIO ANTONIO
DE
SOUZA:31475698615**

Assinado de forma digital por
CLAUDIO ANTONIO DE
SOUZA:31475698615
Dados: 2024.06.18 06:43:47
-03'00'

Cláudio Antônio de Souza
Prefeito de Congonhas

PLANO DE TRABALHO**1 - DADOS CADASTRAIS**

ÓRGÃO/ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CONGONHAS		CNPJ: 16.752.446/0001-02	
ENDEREÇO: Praça Presidente Kubitschek - 135 – Centro			
MUNICÍPIO: Congonhas	UF: MG	CEP: 36.415-000	
NOME DO RESPONSÁVEL: Cláudio Antônio de Souza	CI: M-1.652.882	CPF: 314.756.986-15	
CARGO: PREFEITO			

2 - DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE		CNPJ: 21.089.438/0001-68	
ENDEREÇO: Avenida Minas Gerais, nº 255 – Dom Oscar			
MUNICÍPIO: Congonhas	UF: MG	CEP: 36.415-000	TEL: (31)3731-3895/3732-1727
NOME DO RESPONSÁVEL: Sônia Maria dos Santos	CI: MG-4.606.070	CPF: 456.709.946-04	
ENDEREÇO: Rua: Raimundo Mota, 357, Lucas Monteiro - Congonhas-MG			
CARGO: PRESIDENTE	TELEFONE: (31) 99889-7386	E-MAIL DA ENTIDADE OU DO RESPONSÁVEL: apaecongonhas@hotmail.com apaecongonhas@yahoo.com.br	

3 - HISTÓRICO DA OSC

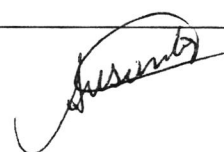
A APAE – criada desde 21 de junho de 1979, entidade filantrópica de caráter assistencial, educacional e terapêutico sem fins lucrativos, atende a alunos com algum tipo de deficiência intelectual e/ou múltipla, e autismo, além das realizações de atendimentos clínicos;

O nome da Escola, “Casa de Andrea”, foi inspirado na criança considerada símbolo da APAE, Andrea Mônica de Oliveira Costa, a escola funcionava em prédio cedido pela Prefeitura, até que o então prefeito, Dr. Altary de Souza, construiu juntamente com alguns pais e amigos, o local onde hoje funciona a sede da APAE.

Número de alunos em 1979	21
Número de alunos atendidos hoje	305
Número de funcionários	89
Refeições Servidas diariamente	190
Desjejum diário	115

Oferece os seguintes atendimentos: Estimulação Visual (Precoce e Permanente), Educação Infantil, Educação Física, Ensino Fundamental /EJA/Apoio Pedagógico, Oficinas pedagógicas, Oficina de Música, Oficinas Terapêuticas e Pré-profissionalizantes, além dos atendimentos clínicos em Neuropsicopedagogia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Psicologia, Fisioterapia, Odontologia Básica e Assistência Social aos alunos e aos familiares.

Carlos Magno de Souza
Controlador Geral do Município
Mat. 20144399



4 - DESCRIÇÃO DO PROJETO / ATIVIDADE

TÍTULO DO PROJETO / ATIVIDADE:

Projeto de Reforma da área para Adaptação da Sala Especial voltada ao tratamento do Autismo e Aquisição de Materiais e Equipamentos para complementação dos tratamentos de pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista)

PERÍODO DE EXECUÇÃO:

INÍCIO: A partir da assinatura

TÉRMINO: 12 meses

5 - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

O Projeto destina-se a fazer a reforma da área da Entidade que fica acima do Refeitório, de forma a se adaptar e erguer uma Sala Especial voltada exclusivamente ao tratamento do Autismo. Além de contemplar a aquisição de equipamentos e materiais que visam o complemento dos tratamentos.

6 - LOCAL (ENDEREÇO) DE EXECUÇÃO DO PROJETO / ATIVIDADE E INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL, SE NECESSÁRIA

Avenida: Minas Gerais, 255 Bairro: Dom Oscar

Cidade: Congonhas/MG

CEP 364.414-318

7 - JUSTIFICATIVA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO / ATIVIDADE

A APAE sempre teve em seu quadro um número considerável de atendimentos voltados às pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista). Porém, depois do período da Pandemia de COVID-19, com a volta às atividades e dos atendimentos clínicos, esse número cresceu de forma considerável.

E, apesar dos serviços e tratamentos oferecidos aos autistas, principalmente através dos exercícios e práticas desenvolvidas junto aos profissionais de Terapia Ocupacional, o espaço físico dedicado aos atendimentos tem se mostrado limitado e obsoleto.

Inclusive, realizando algumas consultas e trocas de informações com outras entidades que também oferecem esse tipo de serviço, pudemos constatar que salas voltadas e adaptadas exclusivamente aos tratamentos de autistas, mostraram uma comprovação de maior resultado de forma muito mais direcionada e satisfatória, pois essas salas contam com incrementos que complementam e expandem a realidade da forma como a pessoa com TEA se relaciona com o mundo. Sendo assim, a reforma da área a se concretizar a edificação da Sala voltada aos tratamentos de Autismo se faz extremamente necessária, assim como a necessidade de equipá-la com ferramentas que possibilitem obter os resultados almejados dentro dos tratamentos de cada atendido.

8 - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE (descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades/projetos e as metas a serem atingidas)

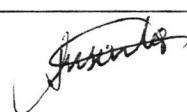
A APAE atende a uma média de 60 pessoas com TEA. E a principal forma de atendimentos se dá através das atividades com os profissionais de Terapia Ocupacional.

Dado a importância do tratamento, verifica-se que as salas em que hoje são oferecidos tais serviços, já não atendem satisfatoriamente à realidade das pessoas com TEA, visto que as mesmas salas são utilizadas e direcionadas também aos outros tipos de tratamento que a Entidade oferece dentro da realidade de cada caso. Sendo assim, diante da realidade da Entidade nos dias de hoje, constatou-se a necessidade da edificação de uma Sala voltada exclusivamente ao tratamento das pessoas com TEA, atendendo assim, o oferecimento dos atendimentos de forma mais seguros, direcionados e com resultados muito mais eficazes.

9 - PÚBLICO-ALVO (direta e indiretamente)

Alunos e atendidos através dos setores clínicos da APAE com TEA (Transtorno do Espectro Autista).

Carlos Magno da Souza
Controlador Geral do Município
Mat. 20144399



10 – FORMA DE EXECUÇÃO/METODOLOGIA DE TRABALHO

São organizadas, periodicamente, reuniões, com os docentes, voluntários, equipe técnica e pais de alunos para orientações, debates, sugestões e análises dos objetivos e função da escola para redefinição de concepção e de critérios, assumindo a responsabilidade de oferecer uma educação de qualidade para todos.

Contamos com a participação da família para desenvolvimento tanto em casa como na escola. Sendo muito importante que ambas as partes se complementem, tendo em vista que uma relação ideal entre a escola e a família, é uma relação de equilíbrio, sempre em prol do bom desenvolvimento do aluno.

A APAE presta um grande apoio às famílias de seus alunos. São realizadas palestras educativas e disponibilizados profissionais, para atender aos pais. Realizamos um trabalho de esclarecimento, orientação e apoio familiar juntamente com os outros setores de atendimento ao aluno, de maneira que este tenha a chance de vir a se tornar um adulto funcional, feliz, integrado à sociedade e ao trabalho; Delegamos aos tutores a responsabilidade maior que existe, ou seja: assumir o filho ou parente cujos cuidados lhe foram delegados. Ressalta-se que mesmo tendo objetivos em comum, cada um deve fazer sua parte para que atinja o caminho do sucesso, que visa conduzir crianças e jovens a um futuro melhor.

O Serviço Social é o primeiro setor em que a família ou responsável e a PNE recebe atendimento.

Segue-se a apresentação da instituição, suas normas e objetivos de trabalho. Neste contato, o Assistente Social busca o conhecimento da situação do usuário e acompanha então sua adaptação à Instituição. Desenvolve contatos periódicos com os responsáveis, a fim de estabelecer uma integração dos mesmos, com o trabalho desenvolvido pela Entidade.

A anamnese é a entrevista inicial que é realizada com a família. O objetivo dessa anamnese é conhecer a realidade a qual o usuário está inserido. Ainda no setor, é realizado um breve histórico social onde consta a situação socioeconômica, situação habitacional, situação sociocultural, atitude comportamental, composição dinâmica e relacionamento familiar.

Outros trabalhos realizados junto às famílias são; agendamento de consultas, orientação familiar, acompanhamento clínico, Benefício de Prestação Continuada (BPC), encaminhamentos diversos, inserção das pessoas com necessidades especiais na sociedade: escola, mercado de trabalho, visitas domiciliares, além do atendimento individual.

As demandas espontâneas ocorrem diariamente, sendo requisitada da Assistente Social uma ação imediata.

É grande o número de atendimento diário pelo Setor Social, sendo que este é a "porta de entrada" da APAE, e, por isso, o fluxo de pessoas que passam pelo setor é grande.

A escola funciona em dois turnos: matutino e vespertino.

Os currículos e programas são organizados numa abordagem de busca à construção do conhecimento nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, Conhecimentos Gerais, Arte, Educação Física, assim como os temas transversais que compreendem a Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

As atividades são realizadas de acordo com o ritmo, tempo e estilo de aprendizagem dos alunos. As atividades curriculares educacionais são articuladas com as atividades terapêuticas visando ao desenvolvimento global do aluno para consecução dos objetivos educacionais.

Os alunos matriculados na escola têm o direito às ações educacionais e pedagógicas conforme níveis e modalidades de ensino e atendimento específico, de acordo com as necessidades e possibilidades de aprendizagem, de suprimentos necessários e de direito, tais como: merenda escolar, materiais escolares, além do apoio e orientação aos seus familiares. Por tratar-se de atendimento a educandos com características e necessidades educacionais peculiares, com níveis e modalidades de ensino especiais oferecidos pela escola, são permeados com a modalidade de Educação especial para garantia de recursos específicos e adaptações necessárias.

Os programas educacionais são reestruturados e adaptados sempre que necessário, em função de ações didático-pedagógicas, nível de desenvolvimento, necessidades e possibilidades de aprendizagem do educando.

Abaixo estão os programas e ações desenvolvidos dentro da área pedagógica e clínica.

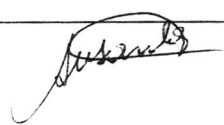
A. ÁREA DE EDUCACIONAL: Estimulação Essencial; Ensino Fundamental; Centros de Convivência; Oficinas Terapêuticas, Oficinas de Dança, além das Oficinas Pré-profissionalizantes, Ensino Fundamental – EJA, Intervenção Visual; Educação infantil

B. ÁREA SAÚDE: ODONTOLOGIA, FONOAUDIOLOGIA, PSICOLOGIA, FISIOTERAPIA, TERAPIA OCUPACIONAL, ENFERMAGEM, PSICOPEDAGOGIA;

11-ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

O foco principal do Projeto é a contratação de Empresa especializada para realizar a reforma da área que irá comportar o erguimento de Sala voltada exclusivamente aos tratamentos de pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista), além da aquisição de materiais e equipamentos que serão utilizados para complementação dos tratamentos.

Carlos Magno da Souza
Controlador Geral do Município
Mat. 20144398



12 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META - ETAPA OU FASE)							
RESUMO GERAL							
META	ETAPA FASE	DESCRIÇÃO DAS METAS E ETAPAS	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO		VALOR
			UNID.	QUANT.	INÍCIO	TÉRMINO	
Reforma da área para Adaptação da Sala Especial voltada ao tratamento do Autismo e Aquisição de Materiais e Equipamentos para complementação dos tratamentos de pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista)	1	Material de Consumo	1	1	A partir da assinatura	12 meses	R\$ 25.993,80
	2	Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	1	1	A partir da assinatura	12 meses	R\$ 223.006,25
	3	Material Permanente	1	1	A partir da assinatura	12 meses	R\$ 999,95
	TOTAL DO PROJETO						R\$ 250.000,00

MATERIAL DE CONSUMO

13-PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO DOS RECURSOS					
META	ETAPA FASE	DESCRIÇÃO DETALHADA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Reforma da área para Adaptação da Sala Especial voltada ao tratamento do Autismo e Aquisição de Materiais e Equipamentos para complementação dos tratamentos de pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista)	1.1	Maleta de Aprendizagem	10	R\$ 337,43	R\$ 3.374,30
	1.2	Abafador de Ruído- Mod. Sonic-Dinossauro	10	R\$ 159,90	R\$ 1.599,00
	1.3	Abafador de Ruído- Mod. Sonic-Unicórnio	10	R\$ 167,00	R\$ 1.670,00
	1.4	Tapete Musical Educativo	05	R\$ 179,90	R\$ 899,50
	1.5	Kit de Cones PVC com Argolas	06	R\$ 120,02	R\$ 720,12
	1.6	Cordão Autismo Quebra Cabeça	50	R\$ 34,99	R\$ 1.749,50
	1.7	Cordão Autismo Girassol c/ Crachá	100	R\$ 67,75	R\$ 6.775,00
	1.8	Brinquedo Educativo Gira Gira	05	R\$ 199,90	R\$ 999,50
	1.9	Fantoches de Dedo - Animais	05	R\$ 97,90	R\$ 489,50
	1.10	Quebra Cabeça Infantil	05	R\$ 168,90	R\$ 844,50
	1.11	Fantoches de Mão Pelúcia	48	R\$ 78,90	R\$ 3.787,20
	1.12	Quebra Cabeça de Madeira Educacional	05	R\$ 199,99	R\$ 999,95
	1.13	Quebra Cabeça de Madeira Infantil	12	R\$ 44,99	R\$ 539,88
	1.14	Kit Pompons C/ Pegador	05	R\$ 109,99	R\$ 549,95
	1.15	Mural Educativo	05	R\$ 199,18	R\$ 995,90
SUBTOTAL					R\$ 25.993,80

Carlos Magno da Silva
Controlador Geral do Município
Mat. 20144399

SERVIÇOS DE TERCEIROS (PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA)

14-PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO DOS RECURSOS						
META	ETAPA FASE	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Reforma da área para Adaptação da Sala Especial voltada ao tratamento do Autismo e Aquisição de Materiais e Equipamentos para complementação dos tratamentos de pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista)	2.1	Contratação de Empresa Prestadora de Serviços de Construção especializada para Reforma da área a ser utilizada para estruturação de Sala voltada ao tratamento de Autismo	UN	01	R\$ 223.006,25	R\$ 223.006,25
SUBTOTAL						R\$ 223.006,25

MATERIAL PERMANENTE

15-PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO DOS RECURSOS						
META	ETAPA FASE	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Reforma da área para Adaptação da Sala Especial voltada ao tratamento do Autismo e Aquisição de Materiais e Equipamentos para complementação dos tratamentos de pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista)	3.1	Luminária Retroprojetora	UN	5	R\$199,99	R\$ 999,95
SUBTOTAL						R\$ 999,95

16-PLANO DE APLICAÇÃO-MUNICÍPIO	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ficha: 847. Órgão: 15. Unidade: 01. Função: 10. Sub-função: 302. Programa: 0057. Atividade: 0.092 – Apoio a Entidades – SMS – Emenda Impositiva - 3.3.50.41 – Contribuições, Fonte: 1500.	VALOR INVESTIMENTO: R\$ 250.000,00

17-PLANO DE APLICAÇÃO-ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL-OSC	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: não se aplica	VALOR INVESTIMENTO: não se aplica

18- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – CONCEDENTE						
META/ETAPA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
						R\$ 250.000,00
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV/	DEZ

Carlos Magno de Souza
Controlador Geral do Município
Mat. 20144398

[Assinatura]

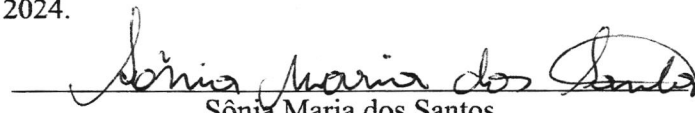
19 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - PROPONENTE

META/ETAPA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

20 - DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

Declaro, para fim de prova junto ao município de CONGONHAS, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que impeça a transferência de recursos financeiros oriundos de dotação consignada no orçamento do município, na forma deste Plano de Trabalho.

Congonhas, 18 de junho de 2024.



Sônia Maria dos Santos
Presidente da APAE-Congonhas

21 - APROVAÇÃO DO CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA DE CONGONHAS

O Termo encontra guarida legal:

- (13019/2024)
- a) (☒) Previsão legal ART 29, LFA 13019/2014 DEFERIDO () INDEFERIDO ()
b) (☒) Previsão orçamentária PL 119
c) (☒) Recursos financeiros PL 120
d) (☒) Compatibilidade com a LDO PL 120
e) (☒) Compatibilidade com o PPA PL 120

Congonhas, 20 106 12024


Carlos Magno de Souza
Controlador Geral

22 - APROVAÇÃO PELO MUNICÍPIO

☐ DEFERIDO ☐ INDEFERIDO

Congonhas, 18 de junho de 2024.

CLAUDIO ANTONIO DE SOUZA:31475698615
Assinado de forma digital por
CLAUDIO ANTONIO DE
SOUZA:31475698615
Dados: 2024.06.18 06:44:33 -03'00'

Cláudio Antônio de Souza
Prefeito de Congonhas

ALLAN
DIEGO
FALCI:078
78353662
Assinado de
forma digital por
ALLAN DIEGO
FALCI:078783536
62
Dados: 2024.06.19
17:26:35 -03'00'

Diário Oficial Eletrônico

Congonhas - MG



Congonhas, 24 de junho de 2024 – Diário Oficial Eletrônico, criado pela Lei municipal Nº 2.900/2009 – ANO 14 | Nº 3520

Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Eventos e Turismo, JEAN ÂNGELO DE OLIVEIRA, portador da Carteira de Identidade nº M-8. 955.835 e do CPF 029.363.176-06 e o Clube dos Autos Antigos de Congonhas- C.A.A.C, inscrito no CNPJ nº 18.683.815/0001-88, com sede na Rodovia BR-040 km Sítio São José s/n, bairro: Jardim Profeta, Congonhas/MG, representada por seu Presidente, Robson dos Santos Elias, portador do RG: M-4. 984.219 e do CPF nº 545.857.756-68. Objeto: O XI- Encontro de Autos Antigos de Congonhas/MG, promovendo o sentimento de preservação, restauração e manutenção dos automóveis antigos, bem como promover o reconhecimento como valor histórico para a memória da indústria automobilística brasileira, dando ênfase na evolução tecnológica e estética; proporcionando a toda população a oportunidade do aprendizado histórico desde o surgimento e aperfeiçoamento dos automóveis além de sua conservação ao longo do tempo. Repasse: O valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Dotação Orçamentária: Ficha: 130; Órgão: 07. Unidade: 02. Função: 13. Subfunção: 392. Programa: 0023. Atividade: 0.089 – Apoio às Entidades – SECULTE – Emenda Impositiva- 3.3.50.41 – Contribuições; Fonte: 1500. Vigência: 07 de junho de 2024 até 07 de junho de 2025. Congonhas, 21 de junho de 2024. Cláudio Antônio de Souza, Prefeito de Congonhas. Robson dos Santos Elias, Presidente do Clube dos Autos Antigos de Congonhas- C.A.A.C.

Código de Validação: 201726

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

TERMO DE FOMENTO Nº. 27/2024, PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Participes: O Município de Congonhas, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na Praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, representado por seu Prefeito, Cláudio Antônio de Souza, inscrito no RG Nº M-1. 652.882 e no CPF nº 314.756.986-15, e pelo Secretário Municipal de Saúde, ALLAN DIEGO FALCI, portador da Carteira de Identidade nº. MG 10634862 e do CPF 078.783.536-62 e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, inscrito no CNPJ nº 21.089.438/0001-68, com sede na Avenida Minas Geral, nº 255, Dom Oscar, Congonhas/MG, representada por sua Presidente, Sônia Maria dos Santos, portador do RG MG 4.606.070 e do CPF nº 456.709.946-04. Objeto: Contratação de empresa de construção especializada para realização das obras de reforma e manutenção da área da piscina, que se encontra interditada e que é utilizada na complementação dos tratamentos de Fisioterapia através da Hidroterapia. Repasse: O valor de R\$ 175.500,00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos reais). Dotação Orçamentária: Órgão: 15. Unidade: 01. Função: 10. Subfunção: 302. Programa: 0057. Atividade: 0.092 – Apoio às Entidades- SMS - Emenda Impositiva - 3.3.50.41 – Contribuições (ficha 847 - Custeio). 4.4.50.41 – contribuições (ficha 975 - Investimento), Fonte: 1500. Vigência: 18 de junho de 2024 até 18 de junho de 2025. Congonhas, 21 de junho de 2024. Cláudio Antônio de Souza, Prefeito de Congonhas. Sônia Maria dos Santos, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Código de Validação: 201826

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

TERMO DE FOMENTO Nº. 29/2024, PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Participes: o Município de Congonhas, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na Praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, representado por seu Prefeito, Cláudio Antônio de Souza, inscrito no RG Nº M-1.652.882 e no CPF nº 314.756.986-15, e pelo Secretário Municipal de Saúde, ALLAN DIEGO FALCI, portador da Carteira de Identidade nº. MG 10634862 e do CPF 078.783.536-62 e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, inscrito no CNPJ nº 21.089.438/0001-68, com sede na Avenida Minas Gerais, nº 255, Dom Oscar, Congonhas/MG, representada por sua Presidente, Sônia Maria dos Santos, portador do RG MG 4.606.070 e do CPF nº 456. 709.946-04. Objeto: A reforma da área da Entidade que fica acima do refeitório, de forma a se adaptar e erguer uma sala especial voltada exclusivamente ao tratamento do autismo. Além de contemplar a aquisição de equipamentos e materiais que visam o complemento dos tratamentos. Repasse: O valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e

Diário Oficial Eletrônico

Congonhas - MG



Congonhas, 24 de junho de 2024 - Diário Oficial Eletrônico, criado pela Lei municipal Nº 2.900/2009 - ANO 14 | Nº 3520

cinquenta mil reais). Dotação Orçamentária: Ficha: 847. Órgão: 15. Unidade: 01. Função: 10. Sub-função: 302. Programa: 0057. Atividade: 0.092 - Apoio. Entidades - SMS - Emenda Impositiva - 3.3.50.41 - Contribuições, Fonte: 1500. Vigência: 18 de junho de 2024 até 18 de junho de 2025. Congonhas, 21 de junho de 2024. Cláudio Antônio de Souza, Prefeito de Congonhas. Sônia Maria dos Santos, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Código de Validação: 201926

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

Ata da III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Congonhas/MG

A terceira Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Congonhas foi realizada no dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e dois, na Escola Municipal Engenheiro Oscar Weinschenck, Praça Sete de Setembro, bairro da Matriz, de 7:30 às 16:00 horas. O credenciamento foi realizado a partir de 7:30. As 8:00 foi feita a composição da mesa e apresentação do Hino Nacional e Hino de Congonhas, pelos participantes do Projeto Garoto Cidadão. A mesa de honra foi composta pelo Prefeito Municipal, Dr. Cláudio Antônio de Souza; Secretária de Desenvolvimento e Assistência Social (SEDAS) sra. Libertad Lamarque Guerra Souza; presidente do CMDCA, Mariana Silva Cordeiro; sra. Silnéa Edwiges Reis Coelho, Diretora de Direitos Humanos e a adolescente, Vivian Rodrigues dos Santos. O Prefeito, Dr. Cláudio cumprimentou a todos e em seu pronunciamento disse que, a participação da elaboração e avaliação de políticas públicas, dando voz às crianças e a toda comunidade, é uma responsabilidade do poder público. A realização desta Conferência é o espaço de mobilização, que deve oportunizar o debate e avaliação do que vem sendo construído e a proposição de novas diretrizes, no sentido de consolidar e ampliar os direitos dos seus usuários. Esta conferência, tem uma abordagem ampla e agregadora, intermediada por diálogos entre os atores da sociedade civil, representantes dos movimentos sociais e órgãos públicos, onde o intuito deve se pautar no ajuste e efetivação das Políticas Públicas relativas ao tema, nos espaços de governança. A Secretária Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, Sra. Libertad agradeceu a todos pela participação e disse que as Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente são um importante marco na consolidação da participação definida na Constituição Federal por estabelecerem uma série de mecanismos de inclusão da população na elaboração, deliberação e controle de políticas públicas. Disse que ficou muito feliz em ver a participação de tantas pessoas da sociedade nesta Conferência, inclusive crianças e adolescentes. A presidente do CMDCA, Mariana Cordeiro, cumprimentou a todos os presentes e disse que se sentia muito feliz com a participação expressiva de crianças e adolescentes no evento, pois o mesmo estava sendo realizado especialmente para eles. Falou sobre a importância da participação de todos na formulação de propostas e na eleição de delegados para as próximas etapas da Conferência e eleição de novos representantes da sociedade civil para o próximo mandato do CMDCA. Após desfazer-se a mesa, teve a apresentação cultural pelos participantes do Projeto Inclusão Social Através da Arte, da ABNOVA e foi feita a leitura e aprovação do Regimento Interno pela plenária. Em seguida a senhora Denise Pereira Martins, membro do Fórum da Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente - FECTIPA, ministrou a palestra magna "Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente". Após a palestra, os participantes foram direcionados para os trabalhos em grupos assim divididos: Eixo I - Promoção e garantia dos direitos humanos de criança e adolescentes no contexto pandêmico e pós pandemia; Eixo II - Enfrentamento das violações e vulnerabilidades resultantes da pandemia de Covid-19; Eixo III - Ampliação e consolidação da participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos seus direitos, durante e após a pandemia; Eixo IV - Participação da sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico; Eixo V - Garantia de recursos para as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes durante e após a pandemia de Covid-19. Após o almoço, houve o retorno para a plenária, quando se realizou a votação das propostas e a eleição dos delegados para a Conferência Estadual e eleição de representantes da sociedade civil para o novo mandato do CMDCA 2023/2026. As propostas votadas para o município foram as seguintes, Eixo I: 1- Implementar no município um programa de transferência de renda em pecúnia para famílias que tenham crianças e/ou adolescentes matriculadas nas escolas, com frequência mínima de 70% e acompanhamento na saúde, em situação de extrema pobreza ou pobreza. 2 - Aumentar o número de profissionais nos serviços existentes (psicólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais) para atender crianças e adolescentes, estabelecendo fluxo de demandas das escolas da rede municipal. Eixo II: 1- Garantir maior articulação entre os sistemas de segurança pública, Justiça e garantia de direitos para que os principais objetivos da Medida Socioeducativa, como a responsabilização do adolescente, reprovação da conduta infracional e integração social sejam aplicados de maneira integral, com maior eficiência e agilidade. 2 - Promover capacitações continuadas sobre identificação, prevenção, abordagem, acolhimento e condução de situações envolvendo violência contra crianças e adolescentes com a participação de toda a rede de garantia de direitos, demais segmentos da sociedade civil e adolescentes multiplicadores. Eixo III: 1 - Criar/implementar comitês regionais de participação de adolescentes, devidamente equipados e com ambiente ergonômico, para apoiar os grêmios estudantis, bem como efetivar os encontros com cadeia cativa no CMDCA, judiciário e demais espaços pertinentes de deliberações políticas. 2 - Instituir o Programa orçamento participativo criança e adolescente, que seja de forma descentralizada, para destinação de recursos específicos para projetos voltados a este público. Eixo IV: 1. Garantir recursos tecnológicos, físicos e materiais, com capacitação adequada para toda a sociedade, de forma que todos possam ter acesso aos espaços de participação e controle social. 2 - Promover de forma contínua ações em espaços públicos, em parceria com a sociedade civil para divulgação e execução das atividades de gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes com calendários pré-estabelecidos. Eixo V: 1 - Garantir o Orçamento para cumprimento da lei municipal nº 3.970 de 21 de dezembro de 2020 que dispõe sobre a inserção de profissionais da área de serviço social e de psicologia nas escolas públicas municipais de educação básica. 2 - Garantir orçamento para atendimento ambulatorial e o atendimento às crianças e adolescentes com sofrimento ou transtornos mentais graves e persistentes, e uso abusivo de álcool e outras drogas (CAPS i). O relatório contendo todas as propostas encontra-se em anexo. Foi lida a Moção de Repúdio assinada por 25 delegados, sobre a não realização do Diagnóstico Municipal da Criança e do Adolescente, aprovado na I Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada no ano de 2016 e foi pedido explicação sobre o andamento de tal deliberação. Os delegados eleitos para a Conferência Estadual são os seguintes: Delegado Sociedade Civil: (Titular) Marcelo Augusto Bastos, (suplente) Eduardo Nereu; Delegado Governamental: (titular) Haiany Kely Pinto, (suplente) Carolina Rabelo; Delegado Criança e Adolescente: (titular) Emanuel Souza, (suplente) Ian Anthony Assunção Medeiros; Delegado Conselheiro Tutor: (titular) Priscila Jaqueline Zebrai De Andrade Santos, (suplente) Fabrícia Aparecida Martins Veloso Delabrida; Delegado de Outros Segmentos: (titular) Hudson Raony Silva do Carmo, (suplente) Phillipe Carlos Costa de Araújo. Conselheiros eleitos para o mandato referente ao período de 2022/2025 do CMDCA: (Titulares) - 1 Daniella Palomino Junqueira / Entidade FCSN - Projeto Garoto Cidadão(20 VOTOS); 2 - Mariana Assunção Medeiros/ Entidade Grupo Escoteiro Cidade dos Profetas (13 votos); Phillipe Carlos de Araújo - Entidade ACART (12 votos); 4 Carla Luiza Justino/ Casa de Convivência Dom Luciano (7 votos); 5- Douglas Junio Pinto/ Entidade CEAMEC (4 votos). Conselheiros Suplentes: 1- Eduardo Reis Nereu/ Entidade